

[illegible]

[illegible]

quiso e que do Alcaide de piquiza tanto de cada ses
sa e oitavo, mais ordinario e de cada doze e oitavo, por em
della, que quer satisfazer a duas pessoas, puzera
por cada pica, e a cada pica vier. E o Alcaide de San
daniel forma o que se lhe assigna. E o Alcaide de
San Jacinto de comenda de pica, de cada pica e oitavo
puzera, que do tanto tanto que vier, e o Alcaide de
comenda de pica, de cada pica e oitavo, que se quiser
puzera, como cada pica e oitavo para cada pica e oitavo.
E o Alcaide de pica e oitavo, que se quiser

R. Gaspar
lizes armas em 12 de Jho. 1799

Jos. G. G. G. G.

Excelentíssimo Senhor

Se a integra, e a mentira não tivessem estado os seus domínios, nem a justiça seria atacada, nem apareceriam requerimentos, como apresenta, que só tem por fim injuriar as Pessoas públicas, as quais é esta em moda faltar com o decoro, respeito, exonerção prescrita pelas Leis, e devida a Pessoa que representam. É verdade que o suplicante me fez o requerimento que aponta arrastando a Lei de 17 de Junho de 1766, que o não autoriza, nem constitui Pessoa legítima para requerer, que se convoque a Mesa da Inspeção, de que é inspetor, pois que as suas espécies são outras e o seu capricho e fins particulares não devem valer em coisas pertencentes a Administração Pública: semelhantes adjuntos só tem autoridade de se convocar o Presidente e os requerer as partes interessadas que o suplicante devia procurar mostrar que o não era, para não vir a ser Juiz e parte ao mesmo tempo o que é proibido em Direito. O fim do requerimento como ele expressa era para a Mesa da Inspeção conhecer da Justiça ou injustiça do sequestro que como Provedor dos Ausentes mandei fazer em alguns dos escravos da Galeria Flores do Mar, e pertencentes aos que nela tendo-me servido de guia para isto as Provisões que a Vossa Excelência e a persuasão de que a franquia por isso que tinha havido desembarque não só de escravos que é o ~~é~~ menos e venda de uma outra coisa. Quem da Inspeção para tomar semelhante em toda a legislação senão encontra tal disposição, antes ao contrario, eu vejo que o Juízo dos Ausentes é tão privilegiado, que nem as Relações da Bahia e de Sua Excelência e nem ainda o conselho Ultramarino tem semelhante autoridade porém só o tribunal da Mesa da Consciência assim o determinam as Provisões de 12 de novembro de 1728 de 14 de outubro de 1723 e de 2 de abril de 1727 e as consultas de 17 de fevereiro de 1645 e de 4 de fevereiro de 1699: logo como poderia a Mesa da Inspeção qualificar-se Superior ao Juízo dos Ausentes para tomar semelhante conhecimento: As citadas Provisões e Consultas estão em todo o seu vigor, por que para se considerarem sen ele era preciso, como é expresso nas mesmas ordenações que a referida Lei de 17 de junho de 1766 se declara-se de rogadas, fazendo expressa

1766 Junho 17 1766 o requerimento
a respeito do sequestro de alguns escravos da Galeria Flores do Mar

Código de Referência	BR PB JP AH 001
Autor e/ou cargo	José Correia Guedes
Destinatário e/ou cargo	Presidente da Província da Paraíba
Função imediata do documento	Esclarecimento de penhora.
Data-tópica	Província da Paraíba
Data-cronológica	12 de setembro de 1799
Caracteres externos	Formato: folha avulsa; Suporte papel; Forma: original.
Descrição informacional	Correspondência do Sr. José Guedes, provedor dos ausentes, esclarecendo (informando) sobre a penhora que mandou fazer em escravos da Galeria Flores do Mar, quemotivou para que requeressem a convocação da Mesa de Inspeção.
Espécie documental	Carta

Gênero documental	Textual (manuscrito)
Localização	Caixa 01
Anexos	00
Notação	Notação 01-c
Estado de conservação	Ruim